

## Terrorismo no Nordeste: atentados de extrema-direita em Fortaleza na abertura da ditadura civil-militar

*Terrorism in the Northeast: extreme right-wing attacks in Fortaleza at the opening of the civil-military dictatorship*

José Airton de Farias

 <https://orcid.org/0000-0002-3066-7194>

Instituto Federal do Ceará

**Resumo:** No final da década de 1970 e começo da seguinte, extremistas de direita, em geral ligados aos órgãos de repressão, realizaram vários atentados à bomba e ameaças terroristas pelo País, na intenção de barrar a distensão/abertura da ditadura e conter o que entendiam ser uma ameaça comunista. A onda terrorista trouxe destruição material, provocou vítimas e gerou medo na sociedade. Ao contrário de uma memória bastante difundida, os ataques não se restringiram aos centros políticos mais dinâmicos do processo político da abertura, ocorrendo por várias cidades brasileiras. No segundo semestre de 1980, na cidade de Fortaleza, bancas de jornais, templos católicos e logradouros, afora a Universidade Federal do Ceará, foram alvos de ataques e ameaças do Movimento Anticomunista. O MAC era composto por jovens, todos civis, sem ligações diretas com a ditadura civil-militar. A intenção do artigo é compreender as motivações específicas que levaram aos ataques terroristas na capital cearense, a partir de documentos do próprio regime e matérias na imprensa.

**Palavras-chaves:** Ditadura civil-militar. Extrema-direita. Terrorismo.

**Abstract:** In the late 1970s and early 1980s, right-wing extremists, generally linked to repression agencies, carried out several bomb attacks and terrorist threats across the country, with the intention of barring the distension/opening of the dictatorship and containing what they understood to be a communist threat. The terrorist wave brought material destruction, caused victims and created fear in society. Contrary to a widespread memory, the attacks were not restricted to the most dynamic political centers of the political process of the opening, taking place in several Brazilian cities. In the second half of 1980, in the city of Fortaleza, newsstands, Catholic temples and public places, apart from the Federal University of Ceará, were targets of attacks and threats by the Anticommunist Movement. MAC was made up of young people, all civilians, with no direct links to the civil-military dictatorship. The intention of the article is to understand the specific motivations that led to the terrorist attacks in the capital of Ceará, based on documents from the regime itself and articles in the press.

**Keywords:** Civil-military dictatorship. Extreme right. Terrorism.

Era uma blitz comum da Polícia Militar da Paraíba, na noite de 13 para 14 de novembro de 1980. Ante o aumento dos casos de furto e de roubos de carros, as autoridades paraibanas intensificaram as fiscalizações. Perceberam que muitos dos ladrões agiam em Recife e se deslocavam com os veículos para João Pessoa, na intenção de se homiziar. Daí a blitz na entrada da capital paraibana e uma atenção aos carros com placas recifenses. Um dos veículos parados foi um fusca, no qual se encontrava um trio de jovens. Talvez o nervosismo dos três tenha despertado a atenção dos policiais. O veículo foi inspecionado rigorosamente,



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

sendo encontrados um revólver calibre 38, uma metralhadora de fabricação caseira e duas máscaras.

Os rapazes foram imediatamente detidos e levados para a Delegacia de Furtos e Roubos de João Pessoa, sob a suspeita de serem ladrões de carros, o que foi enfaticamente negaram. Assustados com a detenção, pressionados pelos policiais e vendo-se em dificuldades para justificar a posses daquelas armas, Valdimir Trotsky, Lucas Calvino e Cleiton Ferraz<sup>1</sup> acabaram confessando que faziam parte de um grupo autoproclamado Movimento Anticomunista (MAC) e que, após meses atuando em Fortaleza, estavam buscando expandir as ações para outras cidades. A revelação, surpreendente para delegados e policiais, deu um outro rumo ao caso, que foi, de imediato, passado para a alçada da Polícia Federal. Finalmente, alguns dos terroristas de extrema-direita, que viam agindo impunemente no Brasil há anos, eram detidos pelas autoridades. Não por acaso, a repercussão que a prisão dos membros do MAC teria na imprensa nacional.

A partir do que os jovens afirmaram, nos interrogatórios preliminares, foram solicitadas diligências à Polícia Militar de Pernambuco, que fez, então, uma batida em uma casa alugada pelo grupo na cidade de Olinda. Nesta foram encontrados um rifle semiautomático, várias bananas de dinamites e uma granada de mão, de fabricação caseira. As investigações se aprofundaram. Em menos de duas semanas, a Polícia Federal capturou, em Fortaleza, a maior parte dos componentes do MAC – dois deles conseguiram fugir<sup>2</sup>. Antes mesmo que o inquérito fosse concluído, sete dos jovens extremistas foram apresentados à imprensa, em uma coletiva, na capital cearense, a 3 de dezembro, um possível indício de como o governo federal buscava capitalizar com o episódio, visto que estava sendo bastante pressionado pela opinião pública para conter a onda terrorista. Mostrar os terroristas capturados seria uma forma de evidenciar a falta de fundamento nas acusações da oposição, segundo a qual o governo do general João Figueredo acobertava terroristas (FARIAS, 2021).

Os integrantes do MAC, em sua maioria, conforme apurou a Polícia Federal<sup>3</sup>, eram sustentados pelos pais, residindo em bairros tidos como de classe média ou alta de Fortaleza. Eram todos jovens, com menos de 30 anos. Seis deles apresentavam idade igual ou inferior a 22 anos<sup>4</sup> e sete estudavam na conceituada Universidade Federal do Ceará (UFC), em cursos como Agronomia, Direito, Geologia e Engenharia de Pesca. Três dos componentes, no que toca a faixa etária, discrepavam: Valdimir Trotsky, Félix Juliano e Freitas Dalton, com a idade de 25, 27 e 28 anos, respectivamente. No inquérito da PF, depreende-se que os três teriam sido os principais operadores dos ataques em Fortaleza, destacando-se Dalton como o “cabeça” e “mentor intelectual” do grupo. Freitas Dalton possuía cursos superiores completos, em Engenharia Civil e Matemática e, comparado aos outros membros do MAC, tinha melhor situação financeira. Era funcionário público, trabalhando no Serviço de Patrimônio da União do Ministério da Fazenda. Sua estabilidade econômica e o bom salário davam o aporte financeiro do grupo.

---

<sup>1</sup> Decidimos usar pseudônimos para garantir a liberdade de análise e pesquisa.

<sup>2</sup> Relatório de informação nº 205/116/AFZ/80, sobre o Movimento Anticomunista – MAC, de 12 de dezembro de 1980. Arquivo Nacional. <http://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_qqq\_80000687\_d0001de0001 Acesso a 14/02/1980.

<sup>3</sup> Relatório final do inquérito da Superintendência da Polícia Federal da Paraíba nº 067/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de Informação do SNI nº 008/116/ARE/81, Prisão de terroristas – João Pessoa-PB, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo Nacional. <http://sian.an.gov.br/sianex> Notação: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_III\_81001550\_d0001de0003. Acesso a 05/04/2020.

<sup>4</sup> Gina Olímpio tinha, à época dos atentados do MAC, 18 anos, Lucas Calvino, 20 anos, Matias Machado, 21, Cleiton Ferraz, Fernando Farias e Caio Dalton, 22.

Sendo civis todos os componentes do MAC, distinguiram-se, pelo que se sabe, do perfil dos integrantes dos grupos de extrema-direita envolvido nos atentados do final dos 70/início dos 80, geralmente elementos ligados ao aparato de repressão (aspirantes à academia militar, jovens oficiais das polícias militares, alcaguetes e informantes policiais, ex-torturadores, comerciantes e policiais envolvidos com esquadrões da morte) (DECKES, 1985, p. 120). Os membros do MAC “cearense” não apresentavam ligação alguma com a estrutura política ou administrativa da ditadura, o que nos leva a considerar as representações anticomunistas, tão marcantes na história política do Brasil do século XX (MOTTA, 2002), como uma condição, de relevo, para igualmente entender a onda terrorista da extrema-direita contrária à liberalização da ditadura civil-militar, e não apenas a questão dos temores dos agentes da repressão em perder espaços políticos ou sofrer punições com uma eventual democratização do País (RESENDE, 2015).

Grupos autodenominados como Falange Pátria Nova, Comando Delta, Movimento Anticomunista (MAC), CCC (Comando de Caça aos Comunistas), entre outros, acreditavam que a abertura franqueava espaços para os comunistas e demais elementos “subversivos”, pondo em risco a ordem, a Pátria e os valores familiares e cristãos. Especialmente entre o fim de 1979, após a promulgação da Lei da Anistia e o incremento do retorno dos exilados, e meados de 1981, vários ataques realizados por tais grupos, ou por indivíduos inspirados neles, tornaram ainda mais incertos os caminhos da abertura e a atuação daqueles que desejavam a democratização (vide NAPOLITANO, 2018).

O Inquérito da Polícia Federal sobre o MAC cearense seria concluído a 31 de dezembro de 1980, sendo pedido o indiciamento dos nove jovens em dois artigos da Lei de Segurança Nacional, o 26 (prática de crimes contra a segurança nacional) e o 43 (posse de armas e material explosivo). Esse Inquérito da PF e outros documentos encontrados no acervo do SNI da Biblioteca Nacional ajudam entender melhor a onda terrorista realizada pela extrema-direita por ocasião da abertura da ditadura.

Ao contrário de uma memória bastante difundida, que enfatiza os atentados terroristas mormente no centro-sul do País, a documentação, a qual acessamos, mostra que os ataques extremistas ocorreram em diversas cidades, de norte a sul<sup>5</sup>. Fortaleza foi um deles. Ainda que não fosse um dos centros políticos mais dinâmicos do processo de abertura, a capital cearense sofreu vários atentados e ameaças no segundo semestre de 1980. O propósito deste artigo é buscar compreender as ações e as motivações para os atentados promovidos na capital cearense pelo MAC, realizando as necessárias conexões com o processo nacional de flexibilização do regime ditatorial-militar e ressaltando, quando existentes, as especificidades.

Esclareça-se, como afirma Laqueur (apud RABELLO, 2006, P. 18), que não há consenso e nenhuma definição pode abarcar todas as variedades do que se entendeu como terrorismo ao longo da história. Na atualidade, embora ainda haja discussões, tende-se a associar o terrorismo a grupos não-estatais que recorrem ao uso sistemático, ou ameaça do uso, da violência contra pessoas ou coisas, com fins políticos, na intenção de derrubar, pressionar ou desestabilizar um governo (BONANATE, 2004, p. 1242). O terrorismo não consiste em um ou outro ato isolado, mas numa estratégia política escolhida, de forma deliberada, por um grupo ideologicamente homogêneo, para coagir um governo, influenciar a agenda política governamental e intimidar as pessoas. Busca “aterrorizar” as autoridades e a população, atingindo o centro do poder constituído e mostrando força perante todos, ao

---

<sup>5</sup> “Atos terroristas ocorridos no Brasil”, de 1987. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_aaa\_87063851\_d0001de0001. Acesso a 29/10/2020.

evidenciar sua organização, capacidade de ação e a robustez, necessidade e a justiça da causa defendida. O terrorismo deseja gerar ou mostrar poder onde ele inexistia ou é fraco, ou seja, é tática de quem não tem como combater de frente a frente um inimigo (RABELLO, 2006, p. 18). No terrorismo, o autor mais fraco procura coagir o mais forte, no sentido de enfraquecê-lo, agindo pela surpresa e o inesperado (NASSER, 2014, p. 78). O objetivo a ser alcançado justificaria o uso de métodos violentos (RABELLO, 2006, p. 23).

### **Juventude explosiva**

Analisando-se a cronologia dos ataques, as ações do MAC, em Fortaleza, de forma parecida com o que se sucedeu em outras cidades brasileiras, foram se incrementando, no que toca a agressividade e ousadia, ao longo dos meses. A impunidade, a repercussão dos atentados e a sensação de poder, da parte dos extremistas, levaram-lhes a radicalizar e a realizar novas ações, inclusive, com pretensões de expandir a atuação para Paraíba e Pernambuco.

Conforme documento da agência do SNI de Fortaleza<sup>6</sup>, o grupo começou a agir a partir de julho de 1980, sem assumir uma denominação específica e realizando pichações caracterizadas como de “caráter apolítico”. Entre as frases escritas nos muros da cidade, estavam: “Verônica, abelha rainha”; “Cristina, te fiz mulher”; “Fome no mundo será rock”; “Morte a Prestes, Brizola e Sidney Magal”.

As inscrições “apolíticas” do MAC, tidas como meras manifestações de vandalismo, aparentemente sem muito sentido, não poderiam ser vistas como uma forma de debochar das pichações que buscavam expressar valores políticos e ideológicos contrários à ditadura, como estavam ocorrendo por várias outras cidades (SOARES, 2018, p. 21)? Veja-se o caso da pichação “Morte a Prestes, Brizola e Sidney Magal”.

A frase compara e, implicitamente, iguala os dois líderes das esquerdas, recém voltados do exílio e detestados por conservadores, e um famoso músico de canções populares, de bastante sucesso naquele período, mas alvo de certo preconceito, especialmente, por parte das classes médias, que viam com desdém as canções “bregas e cafonas”, estilo ao qual poderia ser associado Sidney Magal, com suas roupas e danças mimetizando ciganos (ARAÚJO, 2015). Ou seja, Magal, Prestes e Brizola seriam figuras bisonhas, exóticas, motivos de risos, fosse pelas “cafônicas” do cantor, fosse pelos discursos e ideias (de esquerda/“comunistas”) dos dois políticos adversários da ditadura militar. Nesse sentido, entendemos que as primeiras pichações do grupo de jovens extremistas, realizadas de madrugada, quando saíam para se divertir na noite fortalezense, não deixavam de também expressar valores políticos, em um momento de acirramentos e disputas entre vários sujeitos históricos.

Em julho de 1980, como em muitas cidades brasileiras, começaram a acontecer ameaças a bancas de jornais em Fortaleza. Uma carta anônima foi entregue, pelos Correios, à Banca O Paulino, do conhecido jornalista Mário Paulino de Araújo, que há 15 anos negociava revistas e jornais na Praça do Ferreira, um dos principais logradouros da cidade. A carta, manuscrita “aconselhava” o jornalista a não vender mais periódicos da imprensa alternativa, sob pena de ter seu estabelecimento explodido. A carta à Banca O Paulino levou outros jornalistas de Fortaleza, mesmo os que não receberam ameaça alguma, a também

---

<sup>22</sup> Relatório de informação nº 205/116/AFZ/80, sobre o Movimento Anticomunista – MAC, de 12 de dezembro de 1980. Arquivo Nacional. <http://sian.an.gov.br/sianex>. Notação br\_dfanbsb\_v8\_mic\_qqc\_80000687\_d0001de0001 Acesso a 14/02/1980.

pararem de vender a imprensa nanica<sup>7</sup>, sinal do medo e angústia da sociedade ante a onda terrorista da extrema-direita. Naquele momento, já haviam acontecido incêndios de bancas em Belo Horizonte<sup>8</sup>, Londrina<sup>9</sup>, São Paulo<sup>10</sup> e Rio de Janeiro<sup>11</sup>, afora inúmeros casos de panfletos e ligações telefônicas anônimas com intimidações.

No segundo semestre de 1980 e primeiros meses de 1981, ocorreram várias ameaças de bomba na capital cearense, por meio de ligações telefônicas anônimas, contra jornais<sup>12</sup>, entidades de classe<sup>13</sup> e, especialmente, repartições públicas e bancos estatais, a exemplo da prefeitura de Fortaleza<sup>14</sup>, Companhia Energética do Ceará (COELCE)<sup>15</sup>, Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)<sup>16</sup>, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Ematerce)<sup>17</sup>, Banco do Brasil<sup>18</sup>, Caixa Econômica<sup>19</sup>, Banco do Nordeste<sup>20</sup>, entre outros. Até a sede do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca), onde funcionava secretamente, também, a agência de Fortaleza do SNI, sofreu ameaça de bomba<sup>21</sup>.

Os primeiros atentados realizados pelos jovens extremistas de direita em Fortaleza, ainda anonimamente (ou seja, sem associação à sigla MAC), deram-se na noite de 8 para 9 de agosto de 1980, em um momento no qual a onda de ataques a jornalistas se intensificava pelo País. Os extremistas lançaram um coquetel molotov contra uma banca de jornais na Praça da Parquelândia, logradouro localizado na Avenida Jovita Feitosa e na qual também se encontrava um conhecido templo católico da cidade (a Igreja Redonda). Segundo o Inquérito da PF, o petardo, feito com uma garrafa de martini, foi lançado a partir de um carro em movimento (um Fiat branco) e, ao se chocar com a banca e cair no chão, incendiou-se. Sem titubear, o carro dos extremistas, com cinco ocupantes, retirou-se do local, dirigindo-se para a casa de um dos membros do grupo<sup>22</sup>. O fato de os terroristas sequer terem descido do veículo, mesmo com o logradouro vazio e a má iluminação, talvez sinalize como os jovens, ainda que determinados a agir, apresentavam hesitações e receios acerca do que faziam, sabedores da gravidade e das implicações que ações do tipo ocasionavam.

O princípio de incêndio foi logo debelado e os danos à banca acabaram sendo poucos. A esposa do proprietário, Francisca Bandeira, não hesitou em associar o ataque às ameaças

---

<sup>7</sup> O Povo, 30/07/1980; Tribuna do Ceará, 30/07/1980.

<sup>8</sup> Tribuna da Imprensa, 17/07/1980.

<sup>9</sup> Jornal do Brasil, 23/07/1980.

<sup>10</sup> Jornal do Brasil, 22/07/1980.

<sup>11</sup> Jornal do Brasil, 26/07/1980.

<sup>12</sup> O Movimento de Renovação Nazista ameaçou ao Povo. O Povo, 08/08/1980. Foram feitas ameaças, ainda aos jornais Meio-Dia e Correio do Ceará. O Povo, 13/08/1980.

<sup>13</sup> Ameaça ao Sindicato dos Jornalistas. Tribuna do Ceará, 08/08/1980.

<sup>14</sup> A 1º de outubro de 1980. Relatório de informação nº 036/116/AFZ/81, "Atividades subversivas", datado de 30 de março de 1981. Arquivo Nacional. <http://sian.an.gov.br/sianex> Notação: br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_qqq\_81000760\_d0001de0001 Acesso a 17/09/2020.

<sup>15</sup> A 1 de outubro de 1980. Relatório de informação nº 036/116/AFZ/81, "Atividades subversivas", datado de 30 de março de 1981. Arquivo Nacional. <http://sian.an.gov.br/sianex> Notação: br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_qqq\_81000760\_d0001de0001 acesso a 17/09/2020.

<sup>16</sup> Foram alvos de ameaças a Superintendência, um posto de Pensão e Aposentadoria e um posto de Atendimento do INPS, a 19 de novembro de 1980. O Povo, 19/11/1980.

<sup>16</sup> A 19 de novembro de 1980. O Povo, 19/11/1980.

<sup>17</sup> O Povo, 11/09/1980.

<sup>18</sup> Tribuna do Ceará, 04/09/1980.

<sup>19</sup> Tribuna do Ceará, 07/05/1981; Correio do Ceará, 07/05/1981.

<sup>20</sup> O Povo, 02/06/1981.

<sup>21</sup> Relatório de informação nº 161/116/AFZ/80, de 30 de setembro de 1980. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_QQQ\_80000632\_d0001de0002. Acesso 13/03/2021.

<sup>22</sup> Relatório de informação nº 205/116/AFZ/80, sobre o Movimento Anticomunista – MAC, de 12 de dezembro de 1980. Arquivo Nacional. <http://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_qqq\_80000687\_d0001de0001 Acesso a 14/02/1980.

que vinham acontecendo por todo o Brasil contra os jornalheiros. Ressaltou, porém, que a banca da Igreja Redonda negociava apenas revistas eróticas (outra motivação para os ataques da extrema-direita), pois há muito deixara de comercializar jornais da imprensa alternativa. Dona Francisca relatou que a polícia fora informada do ataque, por telefone, e sequer compareceu ao local na noite do crime, não tendo tomado quaisquer providências. Afirmou ainda que o medo dominara os donos de bancas, pois não havia medida que pudesse ser tomada para evitar os ataques, arrematando que “só há um recurso: não vender tais revistas”<sup>23</sup>. Em outros termos, a segurança pública não punia nem coibia os terroristas e a solução seria os jornalheiros se submeterem à vontade dos extremistas.

Os extremistas do MAC voltaram a agir ainda na mesma noite, do dia 8 para 9 de agosto, talvez empolgados com o sucesso do ataque à banca da Parquelândia. Deslocando-se de carro, os jovens atacaram a banca de jornais situada na Praça da Parangaba, logradouro em que também situava-se uma igreja, homônima<sup>24</sup>.

Os jornais alternativos eram acusados pelos extremistas de direita de fazerem propaganda comunista e de incitarem a população contra as autoridades e a ordem instituída (vide KUCINSKI, 2018). Várias das redações de tais jornais seriam alvos dos extremistas, a exemplo de a sucursal do Em Tempo, atacada a 24 de julho de 1978, em Curitiba, em ato atribuído ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC)<sup>25</sup>. Os ataques as bancas fizeram cair drasticamente a venda dos periódicos, pois os jornalheiros, assustados, passaram a se recusar a negociar os jornais em seus estabelecimentos<sup>26</sup>.

Conforme a imprensa da época, o final da ditadura teria sido marcado por uma “onda de erotismo/pornografia”. A distensão/abertura política possibilitou a diminuição da censura. Afora as publicações de caráter político, o País foi varrido por uma enorme quantidade de revistas apresentando homens e mulheres nus, sexo explícito, etc., expostas e vendidas nas bancas de jornais, para escândalo de diversos setores da sociedade. Havia o anseio das pessoas em conhecer o que, por tanto tempo, fora proibido em virtude da censura moral do regime. Era também um momento de expansão do mercado editorial brasileiro. Revistas como Privê, Playboy, Ele e Ela apresentavam tiragens gigantescas, sendo largamente compradas pelos leitores<sup>27</sup>.

Grupos conservadores, compostos por religiosos, mulheres, pais, militares, etc. enviavam cartas ao Ministério da Justiça pedindo a censura de revistas e filmes que consideravam indecorosos (FICO, 2002). Não raro, muitas dessas pessoas eram também contrárias à flexibilização do regime e associavam “sexo irresponsável” e subversão<sup>28</sup>. Os comunistas se aproveitariam da pornografia para corromper a juventude, as famílias, a Pátria, em um projeto articulado para enfraquecer a sociedade e tomar o poder (BRITO, 2020). Não obstante, havia segmentos sociais comprometidos com a abertura os quais condenavam igualmente a “onda imoral”, vendo esta como um efeito colateral do processo de distensão política (MARCELINO, 2006). Segundo a imprensa, a venda de publicações eróticas/pornográficas teve um aumento considerável no primeiro semestre de 1980<sup>29</sup>. Coincidência ou não, a partir de julho, grupos e indivíduos de extrema-direita passaram a jogar

---

<sup>23</sup> Tribuna do Ceará, 12/08/1980.

<sup>24</sup> O atentado à banca de jornais da Praça da Parquelândia, na avenida Jovita Feitosa, teria contado com a presença de Caio Dalton, Freitas Dalton, Cleiton Ferraz, Fernando Farias e Matias Machado. À exceção dos dois últimos, que teriam voltados às suas respectivas residências, os demais, na mesma noite, praticaram o ataque à banca da Parangaba. Nos dois casos, Caio Dalton foi o responsável por lançar os artefatos explosivos.

<sup>25</sup> Jornal do Brasil, 29/07/1978; Diário do Paraná, 25/07/1978, 26/07/1978.

<sup>26</sup> Jornal do Brasil, 20/09/1980.

<sup>27</sup> Isto É, 1º/10/1980.

<sup>28</sup> Isto É, 1º/10/1980.

<sup>29</sup> Isto É, 1º/10/1980.

bombas em bancas de jornais, talvez porque associassem abertura, pornografia e comunismo, talvez porque buscassem, com os ataques, angariar simpatias de segmentos da sociedade descontentes com a onda grassante de “indecências”.

Foi a partir de agosto de 1980 que o grupo de jovens cearenses passou a se denominar Movimento Anticomunista<sup>30</sup>. Uma evidência de como os jovens estavam, com o passar das semanas, melhor se organizando e se definindo em suas ações anticomunistas e contrárias à abertura. O fato de terem passado a usar a denominação sinaliza que se tratava de uma criação local, ou seja, de uma apropriação da sigla, tradicionalmente associada ao anticomunismo e a violência, a partir, possivelmente, da influência e exemplos de extremistas que usavam o acrônimo em outros locais do País e uma referência (homenagem?) ao grupo que atuara nos anos 1960.

Como dizem os historiadores Gustavo Esteves Lopes (2014) e Danielle Barreto Lima (2020), em estudos sobre o CCC (Comando de Caça aos Comunistas), mas com reflexões que podem também ser associadas ao MAC, foram tão marcantes as atuações destas siglas nos anos 1960, que, nas décadas seguintes, sazonalmente e em locais distintos, elas reapareciam, denominando organizações conservadoras, fossem de estudantes, militares ou policiais. Viraram referência, modelo ou inspiração, para grupos correlatos Brasil afora, fosse quanto à ideologia, ação e mesmo de repercussão política, visto que os nomes eram impactantes, deixando explícito o ideário anticomunista e a conduta intimidatória e violenta pela qual se portavam. Ou seja, acrônimos como CCC e MAC eram uma espécie de marca registrada do mais virulento anticomunismo.

## **A Igreja Católica como alvo**

Sob o impacto assustador e a repercussão nacional dos ataques à sede da Ordem dos Advogados do Brasil, em que morreu a secretária Lyda Monteiro, e à Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro (27 de agosto de 1980), o MAC voltou a agir em Fortaleza. Na virada da noite de 9 para 10 de setembro, exato um mês após os atentados contra as bancas de jornais na Parquelândia e Parangaba, os extremistas atacaram a Igreja de Nossa Senhora do Nazaré, no Bairro do Montese. Em um sinal de que estavam mais seguros de suas condutas, estacionaram os dois veículos, nos quais se deslocavam, nas imediações do templo, em vez de atirarem um artefato explosivo a partir de um carro em movimento, como haviam agido nos ataques às bancas de jornais da Parquelândia e Parangaba.

Dois dos extremistas se aproximaram rapidamente do templo e jogaram em sua porta lateral esquerda coquetéis molotovs. Na parede, picharam ainda as frases: “Abaixo os padres comunistas”, “Abaixo a Igreja comunista” e “MAC – Movimento Anticomunista”. Em ato contínuo, os jovens zarparam da área após o ataque. Ao que consta, apesar do susto, o fogo foi logo debelado por vizinhos, não chegando a se alastrar – a porta da igreja ficou apenas parcialmente danificada<sup>31</sup>.

É possível que o ataque à Igreja Nossa Senhora do Nazaré tenha a ver com a origem de seu pároco, o padre italiano Batista Poinelli, na função desde 1968 e tido como bastante dinâmico, não obstante seus posicionamentos políticos conservadores<sup>32</sup>. Entre as décadas

---

<sup>30</sup> Relatório de informação nº 205/116/AFZ/80, sobre o Movimento Anticomunista – MAC, de 12 de dezembro de 1980. Arquivo Nacional. <http://sian.an.gov.br/sianex>. Notação br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_qqq\_80000687\_d0001de0001 Acesso a 14/02/1980.

<sup>31</sup> Segundo o inquérito da Polícia Federal, se envolveram no atentado à Igreja Gina Olímpio, Freitas Dalton, Valdimir Trotsky e Cleiton Ferraz. O lançamento do molotov e a pichação do templo teriam sido feitos por Valdimir Trotsky e Cleiton Ferraz, enquanto Freitas Dalton e a namorada permaneciam no veículo.

<sup>32</sup> Veja, 10/12/19809.

de 1950 e 1970, vários padres estrangeiros entraram no Brasil, em uma ação da Igreja para reforçar os quadros eclesiais no País e combater o comunismo. Ironicamente, vários desses religiosos acabariam sendo acusados, posteriormente, de serem marxistas, por uma parcela dos fiéis e autoridades civis e militares. Muitos dos sacerdotes estrangeiros foram trabalhar em paróquias e dioceses de extrema carência social. Ante o cotidiano dos fiéis, marcado pela pobreza, exploração, violência, disputas por terras, etc., os padres se engajavam em movimentos sociais, ao lado de clérigos brasileiros, fazendo eco às novas posturas que setores da Igreja passaram a ter no período, sobretudo a “visão social implantada pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), que objetivava uma série de mudanças, dentre as quais, aproximar o clero do povo” (MONTENEGRO, 2019, p. 32 e seguintes).

Para os militares, os padres estrangeiros estavam associados a organizações “subversivas” e denotavam a infiltração vermelha no clero (TAVARES, 2012, p. 256). Não por acaso, a ditadura decidiu-se a mudar a chamada Lei (Estatuto) dos Estrangeiros (Lei nº 6815/80), proibindo, entre outras coisas, qualquer atividade política de estrangeiros, o que se tornou um meio de coação e perseguição aos religiosos. Alguns dos sacerdotes receberam ameaças de morte e foram assassinados (MONTENEGRO, 2019, p. 42). O regime chegou mesmo prender e a expulsar religiosos estrangeiros, a exemplo dos padres franceses Aristides Camio e Francisco Gouriou (condenados a dois anos de prisão conforme a Lei de Segurança Nacional, em 1981) e o padre italiano Vito Miracapillo, responsável pela paróquia de Ribeirão-PE, que se negara a realizar missa em celebração ao dia da independência (7 de setembro) de 1980 (TAVARES, 2012, p. 259).

A polêmica envolvendo o Padre Miracapillo foi coberta pela imprensa de Fortaleza e sucedeu-se, atentemo-nos, no “ápice” da onda terrorista da extrema-direita no Brasil e já com o MAC atuando na capital cearense. Especificamente, observe-se que o atentado à Igreja de Nossa Senhora do Nazaré ocorreu dois dias após Miracapillo ter se recusado a celebrar a referida missa pela independência. Tendo isso em perspectiva, ainda que os componentes do MAC pudessem apresentar (ou não) conhecimento das posturas moderadas de Padre Batista, o ataque à Igreja do Montese teria acontecido em face dos embates que então se verificavam entre a ditadura e integrantes estrangeiros do clero. Ou seja, seria uma forma de intimidar os religiosos estrangeiros como um todo e condenar sua atuação “comunista” no Brasil. Não deixava, pois, de apresentar um caráter xenofóbico.

Parece-nos também plausível acreditar, pensando ainda em uma perspectiva macro, que o atentado do MAC era uma retaliação à Igreja Católica do Ceará como instituição. A Arquidiocese de Fortaleza era encabeçada, desde 1973, por Dom Aloísio Lorscheider, religioso, de posições mais à esquerda, um destaque mesmo nacional do clero progressista.

Segmentos da Igreja Católica haviam endossado o golpe de 64. Essa Igreja, porém, estava passando por várias mudanças no que toca à sua “missão evangelizadora” e sistemas de crenças nos anos 60 e 70. Destacadamente com os Papas João XXIII e Paulo VI, o

Vaticano começou a defender o diálogo inter-religioso e o ecumenismo além de rever sua pauta social. Incrementou o envolvimento sociopolítico, dando uma atenção às estruturas sociais contraditórias e defendendo mudanças nas condições de vida das camadas mais pobres. A igreja se encaminhou para as fábricas, campos, favelas, prisões, para juntos dos oprimidos. A luta por justiça social passou a ser vista como elemento necessário para a plena conversão cristã do indivíduo e evangelização da sociedade (CANCIAN, 2011, p. 31).

Não que tenha passado a existir uma postura única dentro da estrutura eclesial – ao contrário, acentuaram-se ao longo dos anos os embates entre os que ficaram conhecidos como clérigos conservadores e os clérigos progressistas (CUNHA, 2014, p. 42). O ativismo da Igreja expressou-se na organização de movimentos sociais em prol da reforma agrária

(Comissão Pastoral da Terra), na defesa dos indígenas (Conselho Indigenista Missionária), na garantia dos direitos humanos (Comissão Brasileira de Justiça e Paz), afora a estruturação das Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs). Estas dinamizaram as paróquias e permitiram uma participação ativa de leigos em diversas atividades, como evangelização, alfabetização, politização e movimentação das classes populares na defesa de educação, saúde, alimentação, etc. (CANCIAN, 2011, p. 55). Difundiu-se entre os clérigos e fiéis a chamada Teologia da Libertação, enfatizando uma doutrina cristã que fazia a opção preferencial pelos pobres.

Embora fuja aos objetivos desta pesquisa, entendemos que segmentos da Igreja católica no Ceará não escaparam às novas posturas doutrinárias e pastorais. Figuras como o arcebispo de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider, e o bispo de Crateús, Dom Antônio Fragoso, afora diversos padres, se enquadravam na postura “progressista” católica. Era uma Igreja engajada politicamente, não raro, de clérigos embebidos da Teologia da Libertação, com críticas sociais, em defesa dos presos políticos e da redemocratização do País.

O lançamento dos molotovs e a pichação na lateral da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré evidenciavam como a extrema-direita se incomodava com os posicionamentos católicos, concebidos como “comunistas”. Assim, para além de ser apenas ataque contra um religioso ou um grupo de sacerdotes estrangeiros, o que se estavam atingindo era a instituição Igreja Católica e a postura progressista de alguns de seus integrantes. Por mais que os danos materiais à Igreja do Montese tenham sido poucos e nenhuma houvera sido atingida, simbolicamente, com os ataques, visava-se amedrontar os clérigos e os fiéis, para pôr fim ao engajamento político, às preocupações sociais e às críticas à realidade brasileira que setores católicos desenvolviam.

## **Terrorismo na universidade**

Ainda em setembro de 1980, o MAC voltou a agir em Fortaleza. Na noite do dia 30, os extremistas jogaram uma bomba no Diretório Central dos Estudantes (DCE), da Universidade Federal do Ceará (UFC), no centro de Fortaleza. Na ocasião, se encontravam alguns estudantes que ultimavam os preparativos para as eleições discentes do dia seguinte. A intenção dos extremistas, por insistência de Freitas Dalton e Valdimir Trotsky, era que a bomba estourasse no interior do prédio. Se tivesse acontecido, muito possivelmente o ataque, pelo potencial do petardo, teria provocado vítimas. O objetivo dos extremistas não foi alcançado a contendo<sup>33</sup>. Lançado em direção a uma sala, a bomba acabou explodindo antes, em pleno ar, danificando apenas uma porta<sup>34</sup> e dois veículos (um Fiat e um Corcel), estacionados nas imediações e pertencentes a membros da comissão eleitoral.

Na entrevista dada à imprensa, em dezembro de 1980, após a prisão, um dos integrantes do grupo terrorista confirmou que a intenção era, de fato, jogar o molotov na sala onde estavam os estudantes e o plano não deu certo “por erro de cálculo”<sup>35</sup>. Em outro termo, não foi um petardo jogado apenas para danificar o prédio e/ou intimidar o DCE, a UFC e os “comunistas”, mas uma ação que visava ferir, talvez matar, pessoas. Nesse sentido, o MAC mostrava seu extremo anticomunista – calar e ferir/eliminar o que entendia serem inimigos.

---

<sup>33</sup> Relatório final do inquérito da Superintendência da Polícia Federal da Paraíba nº 067/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de Informação do SNI nº 008/116/ARE/81, Prisão de terroristas – João Pessoa-PB, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo Nacional. <http://sian.an.gov.br/sianex> Notação: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_III\_81001550\_d0001de0003. Acesso a 05/04/2020.

<sup>34</sup> O Povo, 1º/10/1980.

<sup>35</sup> Tribuna da Imprensa, 04/12/1980.

O atentado repercutiu. Os jornais deram destaque, inclusive, com fotos da primeira página, como fez a Tribuna do Ceará<sup>36</sup>. O ataque foi repudiado na Assembleia Legislativa do Ceará, tanto por deputados da oposição – com destaque, pela deputada Mariza Luiza Fontenelle (PMDB) –, como por situacionistas, a exemplo do líder da bancada situacionista, deputado Antônio dos Santos (PDS), que, porém, fez questão de destacar como o governo Figueiredo estava empenhado em coibir ação dos terroristas<sup>37</sup>. A repercussão era justificável, afinal, tratava-se da principal instituição de ensino superior do estado, frequentada, em boa parte, pelos filhos dos setores médios e abastados da sociedade cearense, sem falar que era mais um atentado que acontecia em Fortaleza e não havia mais como ignorar o fato de que extremistas de direita estavam agindo e praticando terrorismo na cidade<sup>38</sup>.

Como nos ataques anteriores, havia motivações políticas específicas para os extremistas realizarem o atentado. Entre os setores que se destacavam na oposição à ditadura estava o discente. Como diz Angélica Muller (2016, p. 129 e seguintes), o movimento estudantil ganhara densidade no Brasil a partir de 1977. Inseridos em reivindicações por pautas próprias e nos debates nacionais, os estudantes, em suas várias tendências, passaram a realizar diversas manifestações públicas e reorganizar seus órgãos de representação, como os Centros Acadêmicos (CA's) e Diretórios Centrais Estudantis (DCE's), bem como reconstruir as UEEs (União Estadual dos Estudantes) e a UNE (União Nacional dos Estudantes).

Para a ditadura e grupos conservadores, aquela agitação estudantil toda não passava de “subversão”. Conforme suas representações anticomunistas, o inimigo marxista estava infiltrado no meio estudantil, orientando e incitando os estudantes a realizarem atos públicos contra o regime (MÜLLER, 2016, p. 133). Não surpreende, portanto, afora a repressão realizada pela ditadura, os ataques terroristas da extrema-direita às entidades estudantis, universidades e mesmo escolas secundaristas (SAMPAIO FILHO, 2020). Em outros termos, as movimentações estudantis do final dos anos 1970 e começo dos 80 mesclaram-se com a própria causa democrática, que envolvia outros setores da sociedade, trazendo, em seu conjunto, a crítica à ditadura e a defesa da Anistia, da libertação dos presos políticos e da redemocratização do Brasil.

A Universidade Federal do Ceará foi um dos locais de intensa articulação dos estudantes igualmente no período. Em 1968, com o AI-5, a UFC havia fechado os órgãos de representação dos estudantes, só permitindo a reabertura após a revogação do referido Ato Institucional, já em 1979. Ressalte-se, porém, que mesmo nos anos mais duros da repressão, os estudantes não deixaram de se manifestar, em busca de defender seus interesses, usando a representação em colegiados e comissões oficiais da instituição, agindo “clandestinamente” por meio de panfletagens, pichações, “comícios relâmpagos”, etc. ou, até mesmo, se utilizando das atividades artísticas e das associações esportivas da universidade (PORTUGAL, 2008). Em 1979, ocorreram as eleições para o reorganizado DCE, em um pleito vencido pela chapa “Pé no Chão”, capitaneada por Luís Carlos Paes de Castro, estudante do curso de engenharia mecânica e de laços com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Sendo boa parte dos integrantes do MAC alunos da UFC, é de se presumir que percebessem as ações das lideranças estudantis de esquerda da universidade e suas articulações com outros movimentos sociais na crítica à ditadura e defesa da democracia. Não por acaso, o MAC faria o atentado contra o DCE às vésperas de uma eleição estudantil.

---

<sup>36</sup> Tribuna do Ceará, 1º/10/1980.

<sup>37</sup> Correio do Ceará, 02/10/1980.

<sup>38</sup> O Povo, 1º/10/1980; Tribuna do Ceará, 1º/10/1980.

Segundo Veveu Arruda e Inácio Carvalho<sup>39</sup>, lideranças universitárias da época, os integrantes do MAC não faziam parte das organizações estudantis da UFC e nunca foram vistos participando das mobilizações, reuniões, assembleias, atos públicos e eleições organizados pelos CA's e DCE. Ou seja, não eram pessoas conhecidas por um ativismo no meio estudantil, o que pode ser entendido como uma aversão à liderança de esquerda.

Os estudantes da UFC decidiram manter as eleições do dia seguinte, até como forma de mostrar força e não ceder às pressões da extrema-direita. O pleito aconteceu sem maiores incidentes e com uma participação expressiva da comunidade estudantil. A chapa “Passo Firme” saiu-se vencedora, havendo uma participação de cerca de 59% dos 12 mil alunos da UFC<sup>40</sup>, um percentual considerável em termos de eleições estudantis. O ato terrorista do MAC acabou surtindo efeito contrário, pois, em vez de se intimidarem, os jovens compareceram às urnas, tal a legitimidade com a qual viam os órgãos de representação estudantil e as mobilizações estudantis na oposição à ditadura. Ao contrário do que ocorrera no início dos anos 1970, o consenso que se formava na sociedade era em prol da democratização do País (CORDEIRO, 2015).

### **Bomba na praça**

Após o ataque ao DCE/UFC, os extremistas realizaram um ato de impacto ainda maior: jogaram uma bomba em uma das principais praças de Fortaleza, a do Ferreira, no dia 5 de novembro de 1980. Martha Huggins (2006, p. 327) fala de indivíduos que, à medida que vão praticando atos de violência, passam a normalizar as condutas, apresentando uma elevada probabilidade de cair em reincidência. Ou seja, sem serem reprimidos pelas autoridades, com a sensação de poder e euforia propiciada pela clandestinidade, empolgados com a repercussão dos atentados na imprensa e sociedade, com a normalização dos atos violentos que tinham já praticados e, talvez, influenciados por atos de outros grupos radicais Brasil a fora, os integrantes do MAC começaram a realizar ações cada vez mais extremadas e arriscadas.

A Praça do Ferreira não era um logradouro qualquer e o atentado apresentou toda uma simbologia. Aquele espaço constituía-se um tradicional ponto de manifestações populares e atos políticos da cidade – comumente ali aconteciam concentrações, comícios ou se iniciavam ou se encerravam passeatas. Com a flexibilização da ditadura, a Praça voltou ser palco de manifestações políticas. A 18 de abril de 1979, por exemplo, ocorrera no logradouro um ato em defesa da Anistia, organizado pelo Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) e duramente reprimido pela polícia (SOUZA, 2012, p. 64).

Essa questão do logradouro, como espaço apropriado por grupos de esquerda, incomodava tanto que a alegação de um dos extremistas do MAC para jogar uma bomba ali seria a de celebrar a vitória de Ronald Reagan, do Partido Republicano, nas eleições presidenciais dos Estados Unidos<sup>41</sup>. Seria uma forma de exaltar o triunfo de um ferrenho anticomunista para o comando da grande potência ocidental e tripudiar dos “vermelhos” em um espaço em que geralmente se manifestavam.

---

<sup>39</sup> Inácio Carvalho, jornalista e publicitário, militante estudantil nos anos 1980, entrevistado pelo dispositivo WhatsApp a 12/02/2021. Clodoveu Arruda (Vevu), advogado, ex-presidente do DCE da UFC nos anos 1980, entrevistado pelo Google Meet a 18/08/2020.

<sup>40</sup> Tribuna do Ceará, 04/10/1980.

<sup>41</sup> Relatório de informação nº 205/116/AFZ/80, sobre o Movimento Anticomunista – MAC, de 12 de dezembro de 1980. <http://sian.an.gov.br/sianex>. Notação br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_qqq\_80000687\_d0001de0001 Acesso a 14/02/1980. Os jornais do dia anterior ao ataque à Praça do Ferreira estamparam, em suas manchetes a vitória de Ronald Regan, como fez a Tribuna do Ceará, de 5 de novembro de 1980.

O atentado à Praça do Ferreira, a 5 de novembro de 1980, ocorreu em torno de 18h30, um horário incomum quando comparado a de outros ataques realizados então pela extrema-direita no País (geralmente, ocorriam às altas horas da noite). Aquele era um momento de intensa movimentação de pedestres e automóveis na porção central da capital cearense. O atentado do MAC, no fim do chamado horário comercial, em um logradouro movimentado, denota como o grupo cearense radicalizara sua conduta, elevando bastante e aceitando em muito os riscos de pessoas serem atingidas.

A dinamite, contida numa caixa de papelão, fora posta em uma lata de lixo, situada em um dos canteiros da praça e próximo à banca de revistas O Sampaio e ao Armazém Esplanada, tradicional loja de roupas e tecidos da cidade. O pavio foi, a seguir, discretamente acendido com um isqueiro, gerando uma forte explosão – sucedeu-se um corre-corre e muita gritaria na praça. A explosão, o barulho e a nuvem de poeira e de lixo levantados com o deslocamento do ar deixaram muitas pessoas em pânico. Tão forte o estampido que foi possível ouvi-lo, com nitidez, da Praça José de Alencar, distante 700 metros, conforme contaram em relatório de agentes estaduais de espionagem que ali se encontravam<sup>42</sup>. Em meio à confusão, os extremistas deixaram a praça sem maiores problemas.

Com o estouro do petardo, foram danificados o letreiro de acrílico da fachada do Armazém Esplanada e estilhaçados os vidros de um corcel de cor amarela, distante cinco metros do local da explosão e estacionado defronte àquela loja. Passado o susto inicial, uma multidão se formou, buscando saber detalhes do havia acontecido. Chamados, agentes da Polícia Federal e da DOPS apareceram cerca de trinta minutos depois e isolaram a área. Seriam arroladas algumas pessoas para depoimentos, prestados nos dias seguintes e que pouco contribuiriam para a elucidação do ataque, conforme se observa na documentação<sup>43</sup>. Denotando a gravidade do que acontecera, o próprio secretário de segurança Pública do Ceará, general Assis Bezerra, compareceu à Praça<sup>44</sup>.

Acreditamos que a escolha da Praça do Ferreira para alvo do ataque pode apresentar também laços com elementos de caráter moralizante, tão caros às extremas-direitas. Dois aspectos fundamentam essa possibilidade. O fato de a dinamite estourar perto de uma banca – a “O Sampaio”, distante cerca de 15 metros – pode ser entendido não só como uma intimidação à venda de periódicos da imprensa alternativa – o jornal Tribuna do Ceará levanta essa possibilidade<sup>45</sup> –, mas também, à comercialização de publicações “indecentes ou imorais”, revistas eróticas, alvo da fúria dos extremistas.

Além disso, há de observar que a Praça do Ferreira, com o cair da noite, passava a ser ocupada por outros atores sociais, como aliás, acontecia em muitas áreas da porção central fortalezenses (vide SILVA, 2006). O jornal Tribuna do Ceará, datado de uma semana após o ataque do MAC<sup>46</sup>, trouxe matéria citando o que chamou de “indesejáveis” da Praça do Ferreira.

Hoje a praça foi dividida em várias áreas. Tem uma área onde se discute futebol. Do outro lado da praça, é ponto de encontro dos corretores de imóveis, automóveis, da carnês de time de futebol. Em frente ao cine São

---

<sup>42</sup> Informe nº 122 – S/5/AC/SEI, de 6 de novembro de 1980. Arquivo Público do Ceará. Notação BR CEAPEC SEI INFM 05 (36).

<sup>43</sup> Termos de declaração de João Batista Moreira e de Francisco Antônio Santos da Silva, prestados à Delegacia de Ordem Política e Social, a de 5 de novembro de 1980. Arquivo Público do Ceará. Notação BR CEAPEC DCE TD 03.

<sup>44</sup> O Povo, 06/11/1980; Tribuna do Ceará, 06/11/1980; Correio do Ceará, 06/11/1980.

<sup>45</sup> Tribuna do Ceará, 06/11/1980. A banca o Sampaio vendia periódicos da imprensa alternativa, conforme informa a matéria do jornal.

<sup>46</sup> Tribuna do Ceará, 07/11/1980.

Luiz, ficam postados os vendedores de artesanatos, misturados com a população “hippie” e com os chamados “cowboys da meia noite”, que ficam à espera de programas com homossexuais. No pavimento superior, da galeria Antônio Bandeira, ficam os homossexuais passivos, misturados com um grupo de lésbicas, que fazem ponto no local diariamente depois das 17 horas. [...] A polícia, de vez em quando, vem realizando batidas no local, prendendo com assiduidade travestis e pessoas que não portam documentos<sup>47</sup>.

Em um país assustado com os atentados, os quais já haviam matado e ferido pessoas, o MAC teve como alvo não uma banca de revistas ou um templo religioso fechado, em uma área da periferia. O ataque foi à principal praça de um dos grandes centros urbanos brasileiros, logradouro tido por muitos fortalezenses como o “coração da cidade”, isso em um horário de movimentação, com trânsito intenso de ônibus e automóveis, e multidões de trabalhadores, estudantes e frequentadores do centro em deslocamento para voltar a suas casas ou para aproveitar o começo de noite. Explicitava-se, como diz Luigi Bonanate (2004, p. 1243 e 1244), o aspecto “demonstrativo” do terrorismo e a produção do efeito desmoralizador dos adversários, na medida em que as forças de segurança foram incapazes de impedir mais um atentado e nem capturar os responsáveis. Para além de obter publicização, instigar o medo, barrar a abertura e passar uma mensagem de intimidação para os adversários políticos, o ousado ataque, possivelmente, visou a demonstrar a capacidade de agir e, conseqüentemente, o poderio do MAC, além de representar uma provocação e desmoralização às autoridades constituídas.

Tal como ocorrera nos atentados às bancas de jornais e ao DCE/UFC, o caso da bomba na Praça do Ferreira não seria resolvido pela PF do Ceará e caiu no “esquecimento” da imprensa nos dias seguintes, não obstante terem ocorrido novas ameaças, como as feitas contra agências do INPS<sup>48</sup>, em Fortaleza, e a prefeitura de Juazeiro de Norte<sup>49</sup>. Todos esses ataques e ameaças, porém, voltariam a ser foco das atenções dos jornais de Fortaleza e de muitas outras cidades do Brasil, no início de dezembro, quando, com grande impacto, a PF apresentou sete integrantes do MAC, detidos, por acaso, a partir de uma blitz da Polícia da Paraíba em João Pessoa.

Detidos e expostos publicamente pelo governo em fins de 1981, os membros do MAC foram alvos de várias reportagens na imprensa do País, sendo mesmo objetos de certa ridicularização e deboche, como fez a revista *Veja*<sup>50</sup>. Seriam julgados em agosto de 1982, após a onda de ataques terroristas da direita ter se reduzido e em um momento no qual o processo de abertura se aprofundava, com setores conservadores, inclusive militares, aceitando a possibilidade de o poder institucional passar para civis moderados, desde que não houvesse alterações da ordem social nem atos de “revanchismo” contra os integrantes do regime (NAPOLITANO, 2018). Nessa conjuntura de conciliação, a Justiça Militar não considerou os atos dos membros do Movimento Anticomunista como crimes políticos, determinando que os jovens deveriam responder, na Justiça Comum, apenas pelos danos patrimoniais, pequenos, que suas bombas provocaram<sup>51</sup>.

---

<sup>47</sup> Tribuna do Ceará, 07/11/1980.

<sup>48</sup> O Povo, 19/11/1980.

<sup>49</sup> O Povo, 19/11/1980.

<sup>50</sup> *Veja*, 10/12/1980.

<sup>51</sup> O Povo, 25/12/1980.

## Conclusão

Ao contrário de uma memória histórica bastante difundida, os atentados terroristas da extrema-direita, do final da década de 1970 e começo da seguinte, não se limitaram apenas ao centro-sul do Brasil. Por diversos pontos do País, grupos e indivíduos extremistas promoveram ataques à bomba e ameaças. Para eles, não se tratava apenas de garantir os cargos e prestígios obtidos nos anos mais duros da repressão, mas, igualmente, práticas as quais não podem ser desvinculadas de representações anticomunistas. Para segmentos da extrema-direita, civil e militar, a distensão/abertura da ditadura militar implicava em ampliar espaços para a atuação dos comunistas.

Fortaleza, ainda que não fosse um dos centros mais dinâmicos do processo político da abertura, foi palco de várias ameaças e atentados terroristas promovidos pelo autoproclamado Movimento Anticomunista (MAC). A intenção deste artigo, para além de tratar do interesse da extrema-direita em barrar a flexibilização da ditadura, foi a de mostrar como existiam razões específicas para os ataques a determinados alvos.

Observa-se que o MAC atacou bancas de jornais por ver na exposição/venda de jornais alternativos e revistas eróticas ameaças contra a ordem política e a “moral e os bons costumes”, respectivamente. O ataque a templos católicos não pode ser dissociado da postura mais progressista e de engajamento social de parte do clero. A bomba no DCE da Universidade Federal do Ceará, por sua vez, denota o incômodo, por parte dos extremistas de direita, com o papel desempenhado por estudantes na defesa da democratização do País, para além do projeto liberalizante dos militares. O atentado a uma das principais praças de Fortaleza, a do Ferreira, em um horário de intensa movimentação, evidenciava como o MAC cada vez mais radicalizava suas ações, o que pode ser igualmente percebido com a intenção do grupo em expandir sua atuação para outros estados do Nordeste.

Foi a partir da detenção de três extremistas do Movimento Anticomunista (MAC), em João Pessoa-PB, em novembro de 1980, que o grupo acabou sendo desbaratado, com a prisão de seus integrantes ganhando as páginas de vários jornais do País, afinal, foram os primeiros terroristas de extrema-direita presos naquela onda de ataques que tumultuava a complexa e contraditória abertura democrática. Os jovens extremistas, porém, ficariam impunes, visto que a Justiça Militar não considerou suas ações como crime político.

## Referências

### Arquivos

“Atos terroristas ocorridos no Brasil”, de 1987. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_aaa\_87063851\_d0001de0001. Acesso a 29/10/2020. Informe nº 122 – S/5/AC/SEI, de 6 de novembro de 1980. Arquivo Público do Ceará. Notação BR CEAPEC SEI INFM 05 (36).

Informe Especial nº 54 do Serviço Estadual de Informação, de 21 de novembro de 1980, Arquivo Público do Ceará, Notação: BR CEAPEC SEI INFM 05 (51 e 52).

Relatório final do inquérito da Superintendência da Polícia Federal da Paraíba nº 067/80, de 30 de dezembro de 1980, anexado ao relatório de Informação do SNI nº 008/116/ARE/81, Prisão de terroristas – João Pessoa-PB, de 16 de janeiro de 1981. Arquivo Nacional.

<http://sian.an.gov.br/sianex>

Notação:

BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_III\_81001550\_d0001de0003. Acesso a 05/04/2020.

Relatório de informação nº 205/116/AFZ/80, sobre o Movimento Anticomunista – MAC, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional. <http://sian.an.gov.br/sianex>. Notação br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_qqq\_80000687\_d0001de0001 Acesso a 14/02/1980.

Relatório de Diligência nº 179/80, de 12 de agosto de 1980. Arquivo Público do Ceará. Notação: BR CEAPEC SEI REL D 05 (25 e 26).

Relatório de Diligência nº 207/80, datado de 12 de setembro de 1980. Arquivo Público do Ceará. Notação: BR CEAPEC SEI REL D 05 (98 e 99).

Relatório de informação nº 036/116/AFZ/81, “Atividades subversivas”, datado de 30 de março de 1981. Arquivo Nacional. <http://sian.an.gov.br/sianex> Notação: br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_qqq\_81000760\_d0001de0001 acesso a 17/09/2020.

Termos de declaração de João Batista Moreira e de Francisco Antônio Santos da Silva, prestados à Delegacia de Ordem Política e Social, a de 5 de novembro de 1980. Arquivo Público do Ceará. Notação: BR CEAPEC DCE TD 03.

## Periódicos

Correio do Ceará (1980-82)  
Diário do Paraná (1980-82)  
Isto É (1980-82)  
Jornal do Brasil (1980-82)  
O Povo (1980-82)  
Tribuna da Imprensa (1980-82)  
Tribuna do Ceará (1980-82)  
Veja (1980-82)

## Bibliografia

ARAÚJO, Paulo César de. *Eu não sou cachorro, não*: música popular cafona e ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2015.

BONANATE, Luigi. Terrorismo político: In: BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Giafranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, p. 1242-1245.

BRITO, Antônio Maurício Freitas. A subversão pelo sexo: representações anticomunistas durante a ditadura no Brasil. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 36, n. 72, p. 859-888, 2020.

CANCIAN, Renato. *Igreja Católica e ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Claridade, 2011.

CORDEIRO, Janaina Martins. *A ditadura em tempos de milagre*: comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CUNHA, Diogo. Das catacumbas: os homens da Igreja e a renovação do catolicismo durante a ditadura civil-militar no Brasil. In: AARÃO REIS, Daniel; CORDEIRO, Janaina Martins; LEITE, Isabel Cristina; SILVEIRA, Diego Omar de (orgs.). *À sombra das ditaduras*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014, p. 39-50.

- DECKES, Flávio. *Radiografia do terrorismo no Brasil*. 66/80. São Paulo: Ícone, 1985.
- FARIAS, José Aírton de. Explosões conservadoras: atentados de extrema-direita na distensão da ditadura civil-militar. *Em Tempo de Histórias*, vol. 1, n. 38, p. 148-167, 2021.
- FICO, Carlos. “Prezada Censura”: cartas ao regime militar. *Topoi*, Rio de Janeiro, vol. 5, p. 251-286, 2002.
- HUGGINS, Martha K.; HARITOS-FATOUROS, Mika; ZIMBARDO, Philip G. *Operários da violência: policiais torturadores e assassinos reconstróem as atrocidades brasileiras*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.
- LAQUEUR, W. A history of terrorism. New Brunswick: Transaction Publishers. In: RABELLO, Aline Louro de Souza e Silva. O conceito de terrorismo nos jornais americanos: uma análise do New York Times e do Washington Post logo após os atentados de 11 de setembro. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006.
- LOPES, Gustavo Esteves. *Ensaio de terrorismo: história oral da atuação do Comando de Caça aos Comunistas*. Salvador: Editora Pontocom, 2014.
- LIMA, Danielle Barreto. *O Comando de Caça aos Comunistas (CCC): do estudante ao terrorista (1963-1980)*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2020.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.
- MARCELINO, Douglas Attila. *Salvando a pátria da pornografia e da subversão: a censura de livros e diversões públicas nos anos 1970*. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. *Travessias: padres europeus no Nordeste do Brasil*. Recife: CEPE, 2019.
- MÜLLER, Angélica. *O Movimento estudantil na resistência à ditadura militar (1969-1979)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2018.
- NASSER, Reginaldo Mattar. As Falácias do Conceito de “Terrorismo Religioso”. In: MELLO, André de Souza; NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de (orgs.). *Do 11 de Setembro de 2001 à Guerra ao Terror: reflexões sobre o terrorismo no século XX*. Brasília: IPEA, 2014, p. 65-88.
- PORTUGAL, Niedja Lima Torres. *Estudantes em movimento: Fortaleza, 1969-1979*. Dissertação (Mestrado em História). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2008.
- RABELLO, Aline Louro de Souza e Silva. *O conceito de terrorismo nos jornais americanos: uma análise do New York Times e do Washington Post logo após os atentados de 11 de*

setembro. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006.

RESENDE, Pâmela de Almeida. *Os vigilantes da ordem: a cooperação Deops/SNI e a suspeição aos movimentos pela anistia (1975-1983)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

SAMPAIO FILHO, José Airton. *“Eu vou à luta com essa juventude”*: o movimento estudantil secundarista em Fortaleza e a Comissão Pró-CESC em fins da década de 1970. Dissertação (Mestrado interdisciplinar em História e Letras). Quixadá: Universidade Estadual do Ceará, 2020.

SILVA, Elizete Américo. *Espaços públicos e territorialidades: as praças do Ferreira, José de Alencar e o Passeio Público*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2006.

SOARES, Thiago Nunes. *Gritam os muros: pichações e ditadura civil-militar no Brasil*. Curitiba: Appris, 2018.

SOUZA, André Pinheiro de. *Do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA-CE) ao Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA-CE): as motivações e os caminhos percorridos pela anistia política no Ceará (1975 a 1980)*. Dissertação (Mestrado em História). Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2012.

TAVARES, Ruth de Fátima Oliveira. Igreja Católica e política: padres estrangeiros no Brasil. *OPIS*, vol. 12, n. 1, p. 249-268, 2012.

### Notas de autoria

José Airton de Farias é doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professor do Instituto Federal do Ceará (IFCE). E-mail: [airtondefarias@yahoo.com.br](mailto:airtondefarias@yahoo.com.br)

### Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

FARIAS, José Airton de. Terrorismo no Nordeste: atentados de extrema-direita em Fortaleza na abertura da ditadura civil-militar. *Sæculum – Revista de História*, v. 28, n. 48, p. 45-62, 2023.

### Contribuição de autoria

Não se aplica

### Financiamento

Não se aplica

### Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

### Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

### Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

### Histórico

Recebido em 10/09/2022.  
Modificações solicitadas em 22/03/2023.  
Aprovado em 28/03/2023.